

CAPÍTULO 6

A APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1º SEGMENTO, 1ª FASE NA ESCOLA MUNICIPAL AUGUSTINHO DE CASTRO: TEFÉ/AM



<https://doi.org/10.22533/at.ed.481122504066>

Data de aceite: 01/08/2025

Carlos Henrique Cavalcante De Oliveira Ramalho

Mestrando Especial do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH da Universidade do Estado do Amazonas UEA/CEST. Pós-Graduado em Geografia História e Sustentabilidade FACPRISMA; Especialista em Educação do Campo; História Cultura Africana e Afro-brasileira, UAB/IFAM

Jonilton Arantes Puca

Especialista em Ensino de Química – UCAM; Especialista em Ensino da Matemática – FCE, Graduação em Química UEA/CEST e em Matemática UniCV

Esdras Maurício De Lima

Especialista em Metodologia do Ensino de Matemática – Faculdade Iguaçu, Graduação em Matemática UEA/CEST

RESUMO: Este artigo com o tema a aprendizagem do aluno com deficiência visual na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, 1º Segmento, 1ª Fase na Escola Municipal Augustinho de Castro, tem como objetivo principal analisar a partir da literatura os pressupostos que acabam interferindo diretamente no desempenho do aluno da EJA. É importante compreender essa relação entre o aprendizado e o aluno da Educação de Jovens e Adultos, sob a égide da consulta literária que evidencia com frequência e regularidade tal situação. A pesquisa de campo utilizou-se um formulário de entrevista padronizado contendo 13 (treze) questionamentos objetivos e subjetivos, sobre o universo de 02 (dois) alunos da turma única da Educação de Jovens e Adultos 1º Segmento, 1ª Fase, turno Noturno, 2018. a Educação de Jovens e Adultos e a sua relação com o aluno campesino precisa passar por uma reformulação, independentemente se este aluno pertence ou não ao universo de pessoas com baixa visão. Educar é preciso, educar sempre, com dedicação, para que o aluno da EJA, futuramente exerça com dignidade sua cidadania tornando-se consciente, crítico e reflexivo.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade, campo, aluno.

LEARNING OF STUDENTS WITH VISUAL IMPAIRMENT IN THE EDUCATION MODALITY FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS 1ST SEGMENT, 1ST PHASE AT THE AUGUSTINHO DE CASTRO MUNICIPAL SCHOOL: TEFÉ/AM

ABSTRACT: This article with the theme the student's learning with visual deficiency in the modality of Education of Youths and Adults, 1st Segment, 1st Phase in the Municipal School Augustinho of Castro, has as main objective to analyze starting from the literature the presuppositions that end up interfering directly in the students of EJA acting. It is important to understand that relationship between the learning and the student of the Education of Youths and Adults, under the égide of the literary consultation that evidences frequently and regularity such situation. The field research was used an interview form standardized containing 13 objective and subjective questionaments, on the universe of 02 (two) students of the only group of the Education of Youths and Adults 1st Segment, 1a Phase, Night shift, 2018. The Education of Youths and Adults and your relationship with the rural student need to pass for a reformulation, independently if this student belongs or not to the people's universe with low vision. To educate is necessary, to educate always, with dedication, so that the student of EJA, hereafter exercise with your dignity citizenship becoming conscious, critical and reflexive.

WORDS-KEY: community, field, student.

INTRODUÇÃO

Este artigo com o tema a aprendizagem do aluno com deficiência visual na modalidade de Educação de Jovens e Adultos 1º Segmento, 1ª Fase, na Escola Municipal Augustinho de Castro, tem como objetivo principal analisar a partir da literatura os pressupostos que acabam interferindo diretamente no desempenho do aluno da EJA. Especificamente, compreender os principais motivos da evasão dos alunos da EJA, entender a relação entre a baixa visão e o limitado desempenho do aluno campesino em sala de aula na modalidade de Jovens e Adultos na Escola Municipal Augustinho de Castro no ano de 2024, e sugerir estratégias que possam mitigar os problemas de aprendizagem do aluno campesino da EJA.

Nenhuma pesquisa se sustenta sem que antes se defina a questão problema, essa, por exemplo, como o problema da baixa visão impacta sobre o desempenho do aluno da Educação de Jovens e Adultos? Frisamos também que esta pesquisa respondeu a três questões norteadoras: O aluno da Escola Municipal Augustinho de Castro se identifica com a EJA? Como seria o desempenho do aluno da EJA se o seu problema de visão fosse resolvido clinicamente? É possível educar com qualidade e competência, mesmo diante de tais dificuldades, por exemplo, a baixa visão do aluno da EJA?

Justifica-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica no Brasil é questionada por sua qualidade. Nesse sentido, é relevante perceber o que está contribuindo para a existência desse paradigma histórico, onde a EJA acaba sendo considerada de “fraco desempenho”. Além disso, cabe ressaltar que existem outros motivos que podem de fato está interferindo nesse processo de ensino e de aprendizagem formal, por exemplo, a baixa visão.

Sabe-se que sem enxergar ou quando se enxerga pouco, as dificuldades para a alfabetização se acentuam, muitas das vezes podem provocar o desânimo que conduz o aluno a evadir-se do ambiente escolar. Essa situação preocupa bastante quando vemos um cenário com tais características em espaços rurais e/ou campesinos. Daí é importante compreender essa relação entre o aprendizado e o aluno da Educação de Jovens e Adultos, sob a égide da consulta literária que evidencia com frequência e regularidade tal situação. É relevante também, pois, o professor necessita do exercício da pesquisa como forma de sugerir e mediar mudanças que possam embasamento científico.

Indica-se que estudos e/ou pesquisas em torno da Educação de Jovens e Adultos é proeminente, porém em relação ao aluno desta modalidade de ensino com baixa visão, não existem muitos os trabalhos publicados. A literatura evoca para a prática da leitura crítico-reflexivo, essa virtude também indica que a Educação de Jovens e Adultos e a sua relação com o aluno campesino precisa passar por uma reformulação, independentemente se este aluno pertence ou não ao universo de pessoas com baixa visão. Educar é preciso, educar sempre, com dedicação, para que o aluno da EJA, futuramente exerça com dignidade sua cidadania tornando-se consciente, crítico e reflexivo.

MÉTODO OU FORMALISMO

Considerando que este artigo resulta de uma investigação ou pesquisa científica é preciso registrar sua relevância quando assim expõe-se seu uso para sugerir algo em benefício da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, isto é, trata-se de uma pesquisa educacional. Em relação à pesquisa de campo, utilizou-se um formulário de entrevista padronizado contendo 13 (treze) questionamentos objetivos e subjetivos, sobre o universo de 02 (dois) alunos da turma única da Educação de Jovens e Adultos 1º Segmento, 1ª Fase, turno Noturno, 2024 da Escola Municipal Augustinho de Castro. (PRODANOV; FREITAS 2013). A supracitada abordagem ocorreu entre os meses de novembro e dezembro onde se visitou as residências dos alunos em horário previamente agendado para a coleta de dados.

ANÁLISE LITERÁRIA

O período da redemocratização do Brasil se inicia em meados da década de 1980, toma fôlego com o processo de anistia política aos exilados e finalmente se consolida com a aprovação pelo Congresso Nacional da Nova Constituição Federal em 1988 (BRASIL, 1988). Ficam estabelecidos novos objetivos em relação à erradicação do analfabetismo de jovens e adultos, foram criados dispositivos para promover esta modalidade de ensino em todo país. Estendeu-se a garantia do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito a população que a ele não teve acesso na idade própria conforme salienta o Artigo 208. Além disso, no Artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê 50% dos recursos destinados à educação devem ser utilizados para erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental.

No início da década de 1990 é conveniente iniciar com uma análise da educação de jovens e adultos com um quadro mais preciso da magnitude da demanda potencial dessa modalidade educativa. A contagem da população realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 verificou que entre os brasileiros com 15 anos ou mais, 15,3 milhões (14,2%) não completaram sequer um ano de escolaridade, 19,4 milhões (18,2%) têm apenas de um a três anos de instrução e outros 36 milhões (33,8%) completaram de quatro a sete anos (SOARES, 2001).

Constata-se que 70,7 milhões (66,2%) dos brasileiros no início da década de 1990 não tinham completo o nível fundamental e que, segundo a Constituição de 1988, teriam direito ao ensino formal público de qualidade, adequado a sua condição de jovens e adultos trabalhadores. Dirigindo esse foco, vale mencionar que foi extinta a Fundação Educar, sucedânea do MOBRAL, criando-se, no governo do presidente Fernando Collor de Melo, o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), com o objetivo proclamado de mobilizar a sociedade em prol da alfabetização de crianças, jovens e adultos por meio de comissões envolvendo órgãos governamentais e não governamentais (HADDAD, 1993).

A falta de incentivo político e financeiro por parte do governo federal levou os programas estaduais responsáveis pela maior parte do atendimento à educação de jovens e adultos, a situação de estagnação ou declínio. Muitos municípios herdeiros de programas anteriormente realizados em convênio com a Fundação Educar foram obrigados a assumi-los com recursos próprios, muitas vezes sem o necessário preparo gerencial técnico. Para Haddad (1993), se verificou por meio de amplo estudo, a tendência de municipalização do atendimento aos jovens e adultos, o que, segundo o autor, estaria resultando mais da omissão das esferas federal e estadual do que de uma política coordenada de descentralização.

A nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº. 9394/96, por sua vez, diluiu as funções do ensino supletivo nos objetivos e formas de atendimento do ensino regular para crianças, adolescentes e jovens. Enquanto isso manteve a ênfase nos exames e, ao rebaixar a idade mínima para o acesso a essa forma de certificação de 18 para 15 anos no Ensino Fundamental e de 21 para 18 anos no Ensino Médio, sinalizou para as instâncias normativas estaduais a identificação cada vez maior entre o ensino supletivo e os mecanismos de aceleração do ensino regular, medida cada vez mais aplicada nos Estados e Municípios, visando à correção do fluxo no sistema (HADDAD, 1999).

A importância do termo educação é relevante, trata-se de um desafio complexo, quando observarmos criteriosamente sob a ótica legal. A educação está definida como dos principais direitos do cidadão brasileiro, por exemplo. A educação está baseada no Art. 205 da Constituição Federal de 1988 que diz: "A educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). Verifica-se que a educação é um instrumento que deve proporcionar

além da formação educacional para a pessoa, a devida qualificação para seu ingresso no competitivo mercado de trabalho. Nota-se que a educação deve proporcionar a autonomia, independentemente se a pessoa é ou não deficiente.

Com base nestes argumentos, passamos ao Art. 208 também da Constituição Federal de 1988, que dedica atenção exclusiva a temática educacional para as pessoas deficientes, assim diz: “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência” (BRASIL, 1988). Sendo assim, a Constituição garante tanto a educação como direito a todos, dai, engloba-se a pessoa com deficiência, também sobre a necessidade de um atendimento educacional especializado no ambiente escolar. É a partir deste encontro entre educação e inclusão que as políticas direcionadas para as pessoas com deficiência precisa ser compreendido.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) promulgada no Brasil com *status* de Emenda Constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto Executivo nº 6.949/2009, estabelece o compromisso dos Estados-Parte de assegurar às pessoas com deficiência um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, compatível com a meta de inclusão plena, com a adoção de medidas para garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob a alegação de deficiência e possam ter acesso ao ensino de qualidade em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Nota-se que no parágrafo acima os direitos e a uma educação diferenciada e com qualidade voltada para os alunos que possuam algum tipo de deficiência, recebem atenção especial das políticas educacionais internacionais e nacionais no atual modelo de educação adotado pela nação brasileira, considerando os direitos a uma educação diferenciada, com o emprego de métodos de ensino que possam contribuir com a aprendizagem dos mesmos. A meta está fundamentada em uma educação inclusiva e de qualidade.

É importante destacar que a educação inclusiva não é uma exclusividade de alunos com deficiência, também está focada em atender, de acordo com a Nota Técnica nº 04 de 2014 (p. 1-2) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (MEC) vêm de encontro ao seguinte público: “[...] altas habilidades/ superdotação”. Nesse sentido, conforme disposto no Decreto nº 7.611/2011 Art. 1: O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo: “[...] garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação”...

É preciso considerar também que os alunos independentemente do tipo e do grau de deficiência manifestada, tem o direito a uma escolarização na rede regular de ensino, ou seja, o aluno com deficiência tem e deve ser acolhido no ambiente escolar de sua preferência, contanto, que se leve em consideração à distância, isto é, a escola, deve ser

a mais próxima possível de sua casa. Referenda-se que a Educação Inclusiva constitui-se, segundo o Ministério da Educação (MEC, 2014) uma modalidade de ensino que perpassa por todos os níveis, desde a pré-escola a academia, portanto, a educação inclusiva está presente em todos os níveis, uma proposta para que o aluno exerça a cidadania, encontre seu lugar no mercado de trabalho formal, enfim, consolide sua autonomia econômica, social e cultural.

Sobre a aprendizagem, especificamente sobre a alfabetização, indica-se que segundo Leal e Albuquerque (2010, p. 19) a seguinte observação:

Não há dúvidas de que, se temos o objetivo de ampliar as experiências de letramento de nossos alunos, sejam adultos, jovens ou crianças [...] precisamos escolarizar de forma adequada as práticas sociais de leitura e escrita com as quais convivemos no nosso dia a dia.

Nota-se que para as autoras não há dúvidas de que o aluno necessita adquirir experiências. Essas experiências escolares de alfabetização da leitura e da escrita devem ser condicionadas a sua realidade próxima, onde evidentemente este aluno mantém suas relações sociais. Isso nada mais é que valorizar o que este aluno já sabe, dessa maneira, é muito mais fácil que futuramente suas expectativas de qualidade de vida se tornem realidade.

BAIXA VISÃO

A baixa visão é um problema de saúde pública causa transtornos em todos os níveis de aprendizagem, além disso, pode contribuir para a baixo-estima, gerando assim o completo desinteresse pela aula que está sendo ministrada. Com base nisso, o Brasil, apresenta, de acordo com um levantamento realizado no ano de (2010) através do Ministério da Educação/ Censo Escolar - INEP o seguinte quadro estatístico:

[...] taxa de incidência de deficiência visual entre 1,0 a 1,5% da população, sendo uma entre 3.000 crianças com cegueira, e de uma entre 500 crianças com baixa visão. Observa-se que a proporção é de 80% de pessoas com baixa visão e de 20% de pessoas totalmente cegas [...] registra-se 20.257 alunos com deficiência visual na educação básica do sistema educacional brasileiro. (MEC, 2010, p. 17)

A baixa visão, é um problema que não afeta somente as crianças, está presente na sala de aula em todos os níveis da Educação Básica, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), em escolas campesinas situadas em espaços geográficos distantes. A partir da apresentação acima, definir e/ou compreender o conceito de baixa visão é essencial. Para Aranha (2005, p. 17):

É a alteração da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados, tais como: baixa acuidade visual significativa, redução importante do campo de visual, alterações corticais e/ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual do indivíduo. A perda da função visual pode se dar em nível severo, moderado ou leve, podendo ser influenciada também por fatores ambientais inadequados.

Para o autor, o problema de baixa visão limita a qualidade de vida da pessoa acometida com este diagnóstico, principalmente das pessoas que não conseguem buscar um atendimento clínico especializado.

Quando se destaca ou se discute sobre a aprendizagem direcionada a alunos com baixa visão, percebe-se que esse contexto envolve outra problemática, algo que é sob o ponto de vista crítico, inquietante, a exclusão. Nesse sentido, para que se tenha um processo de aprendizagem que de fato ampare as necessidades do aluno com baixa visão é claro e evidente que a escola necessita ser inclusiva. A inclusão, para Mantoan (2011, p. 78) tem a seguinte definição:

A escola inclusiva, que se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender, é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar e compreender como se constroem as aprendizagens.

O aspecto que deve ser considerado é a igualdade entre os direitos de todos os alunos, sendo ou não deficientes, independentemente de qualquer outro fator. A escola é um ambiente, segundo Mantoan (2011) de diversidade humana, e é isso que deve ser valorizado e trabalhado no sentido do aprendizado.

EDUCAÇÃO CAMPESINA NO BRASIL

A origem do termo Escola Camponesa, local onde são trabalhadas as práticas do ensino e da aprendizagem formal, isto é, o principal ambiente para a manifestação da Educação Campesina conduz a década de 1930, como enfatizam Martins e Rocha (2012, p. 37), uma época de efervescência da cultura francesa: “Escola Camponesa era o nome original de *Maison Familiale Rurale* (Casa de Família Rural) instituída pela iniciativa de agricultores familiares a partir da década de 30 do século passado na França”.

No Brasil, a Educação Campesina, provavelmente tem seus pressupostos históricos na década de 1970, com a iniciativa do educador Paulo Freire (MARTINS, ROCHA, 2012). Contudo, sua definição e sua *práxis*, é algo que ainda, não se definiu claramente, e isso se observa nas palavras de Martins e Rocha (2012, p. 74) logo abaixo:

A Educação do Campo é um projeto de educação que está em construção com nexos no projeto histórico socialista. É um projeto de classe trabalhadora do campo [...] A Educação do Campo compreende o trabalho como uma produção de vida [...] É nesta totalidade que a relação educação e trabalho ganha significado e se diferencia...

Para as autoras a Educação do Campo tem como objetivo principal atender a demanda estudantil campesina considerando os conhecimentos e saberes externos à escola. Trata-se da valorização do trabalho como um dos fatores de influência direta para a sustentação desse novo projeto em educação (MARTINS; ROCHA, 2012).

A proposta principal da Educação do Campo é erradicar o analfabetismo do meio campesino, dessa forma, é preciso reafirmar que o aluno campesino não é um ser sem conhecimento, mas uma pessoa que desde muito cedo se dedicou ao trabalho e que por isso não priorizou sua formação educacional.

Nesse ensejo por uma educação campesina com qualidade, ética e responsabilidade, faz-se necessário o entendimento de que o educador compreenda que o analfabetismo apresentado pelos alunos que hoje se encontram na etapa inicial da modalidade de jovens e adultos como uma consequência social e não uma doença, como argumenta com propriedade Schwartz (2012, p. 91):

O analfabetismo não é doença. É consequência de entraves anteriores. A relação entre analfabetismo e exclusão social está articulada a um contexto amplo da sociedade, onde a desigualdade influí de forma decisiva nas condições de vida dos sujeitos. Ninguém é analfabeto por escolha própria.

Não é possível que em pleno século XXI ainda existam situações onde a exclusão social seja provocada pela desigualdade de condições de acesso e de permanência na escola. Mudar esta realidade é uma necessidade imediata, principalmente quando relacionamos a exclusão com campo, espaço este onde as dificuldades em todos os sentidos são bem maiores se for comparada com a realidade urbana. Daí concorda-se com a firme opinião de Schwartz (2012) ninguém é analfabeto por escolha própria, e sim pelas contingências que a vida lhe indicou.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Escola Municipal Agostinho de Castro, está localizada na Comunidade Campesina do Marajó, lago do Jutica, município de Tefé/AM. A Comunidade Campesina do Marajó possui segundo os relatos dos seus moradores antigos, mais de um século de existência, está localizada em uma floresta de terra-firme, à margem esquerda do Lago do Jutica, dista da cidade de Tefé, aproximadamente 04 (quatro) horas de embarcação regional. Tem uma população absoluta de 357 habitantes. A principal fonte de renda está associada à agricultura, isto é, no cultivo da mandioca, matéria-prima para a produção de farinha, que é comercializada na própria comunidade. A pesca e a caça também são praticadas como forma de subsistência alimentar.

A Comunidade Campesina do Marajó possui um Centro Comunitário que necessita de reforma, um posto de saúde novo dotado com uma lancha para a remoção de pacientes, tem 03 telefones públicos que também necessitam de manutenção corretiva. Politicamente é representada por sua associação de moradores, onde o presidente é eleito de forma direta através da votação de todos os comunitários para um mandato de 02 (dois) anos. Um aspecto singular é o deslocamento temporário para a cidade de Tefé de uma considerável parcela de seus habitantes.

Durante os meses de agosto e setembro os ajuris são realizados diariamente. Ajuri nada mais é que uma forma solidária de trabalho onde um comunitário recebe o apoio de outros comunitários para o cultivo da mandioca. Esse período é considerado o ápice do verão ou estiagem amazônica, ou seja, período onde a incidência dos raios solares é mais intenso, o que também coincide com a vazão do nível das águas fluviais.

O meio de transporte comum em relação a toda população campesina da Comunidade do Marajó, pode ser analisado sob três formas. O primeiro é a embarcação regional (tipo recreio) que circula conduzindo passageiros e cargas. O segundo meio de transporte são as balieiras (lanchas em alumínio de pequeno porte com potentes motores de popa), e por fim às canoas equipadas com motores rabetas, conhecidas como catraias.

Na Comunidade Campesina do Marajó, encontra-se a Escola Municipal Augustinho de Castro, conhecida pela sigla E.M.A.C, constitui-se como um dos mais importantes patrimônios comunitários. Oficialmente homologada através do Decreto Lei Municipal nº 33/1993, e entrou em funcionamento no dia 11 de junho do mesmo ano.

Na década de 1990, começou a funcionar em um prédio em alvenaria, com 04 salas de aulas, secretaria-diretoria, copa-cozinha e refeitório. Na década 2000 a escola passou por uma reforma incorporando a sua estrutura física com novas salas: informática, pedagógica e uma sala para os professores. No ano de 2016, novamente ampliou-se sua estrutura física, agora possui 05 amplas salas de aula, 01 sala pedagógica, 01 sala de recursos multifuncionais AEE, 01 secretaria, 01 sala para os professores, 01 sala pela gestão escolar, banheiros masculino e feminino, 01 banheiro de acessibilidade, copa-cozinha, refeitório e despensa, além de um ginásio poliesportivo. Todo seu mobiliário também é novo. Atende no ano de 2024 um público geral de 162 alunos entre os turnos: matutino, vespertino e noturno.

AS ENTREVISTAS

Os alunos entrevistados no primeiro momento da abordagem apontaram os sintomas que dificultam de visão em sala de aula: ambos elencaram: tontura, náusea ou dor de cabeça, sensibilidade à luz, a visão dupla e embaçada. Nota-se que a baixa visão apresenta-se na sala de aula de diferentes maneiras, um conjunto de sintomas que acabam interferindo com o rendimento do aluno da EJA e consequentemente com sua aprendizagem. E segundo os próprios alunos, a provável origem da baixa visão seja a prática da agricultura familiar, cultivo da mandioca e a fabricação artesanal da farinha, também derivada da mandioca.

Segundo Xavier (1997) a cultura da mandioca é uma atividade socioeconômica das mais importantes para a sustentabilidade das famílias campesinas, que optam por morar em comunidades as margens dos rios, lagos, paranás, etc. Assim, de acordo com o autor, é praticamente a única forma de sustento das famílias.

Em seguida percebendo que os sintomas foram devidamente expostos, questionamos sobre o que costumam realizar mediante tal problema em sala de aula. Ambos foram enfáticos: apertam e esfregam excessivamente os olhos e isso acaba provocando o cansaço visual, pois, lacrimejam bastante. Uma sequência lógica de fatores que por sua vez funcionam como desmotivador do processo de ensino e de aprendizagem da EJA, tendo em vista que o aluno ao se encontrar com tal dificuldade acaba não rendendo como deveria em sala de aula.

Quando instigados a relatar quando e como tais dificuldades de visão se iniciaram ambos afirmaram: que durante a juventude, acentuando-se na fase adulta, quando passaram a constituir famílias. Além disso, para os alunos entrevistados a falta de opção em relação à geração de renda, acabou contribuindo para esta situação, inclusive interferindo em seus estudos, tendo em vista que se dedicaram ao trabalho possivelmente na idade em que deveriam está frequentando a escola.

Em relação à visão começaram a sentir dificuldades a partir dos 18 anos de idade, quando foram exigidos a trabalhar mais na roça, pois, o sustento de suas casas dependia desse esforço, com isso abriram mão do direito de estudar. Hoje, retornam a escola com idades superiores a 30 anos de idade, com o intuito de no mínimo serem alfabetizados. Segundo o Parecer nº15/ CME (2002, p. 44) o aluno da EJA retorna a escola devido à exclusão:

[...] trazem a marca da exclusão social, mas são sujeitos do tempo presente e do tempo futuro, formados pelas memórias que os constituem enquanto seres temporais. São ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola...

Além das dificuldades em relação à alfabetização, os alunos aqui entrevistados, apresentam baixa visão, e isso de fato afeta a qualidade de vida de ambos. Hoje, embora não digam abertamente, é possível perceber a exclusão, pois, necessitam dominar a escrita e a leitura para se sentirem incluídos e como cidadãos socialmente autônomos. A marca de exclusão precisa ser transformada em inclusão. Atualmente, a Comunidade do Marajó dispõe de uma escola dotada com todas as especificidades para atender diferentes demandas estudantis. Portanto, é possível proporcionar os valores da inclusão junto ao público da EJA que também apresenta uma demanda de baixa visão.

No convívio social, buscamos descrever os possíveis impactos a partir problema da baixa visão. Os alunos reforçaram que começaram a observar que tais dificuldades se manifestam acentuadamente quando estão em frente à televisão, ou quando se dedicam a outra função, por exemplo, a construir seus equipamentos de pesca: redes, que embora não sendo pescadores por profissão, executam tal tarefa como forma se suprir a demanda alimentícia em suas casas. Também identificaram que o problema de visão interfere no preparo da farinha de mandioca, onde o trabalho artesanal é bastante exigido até que seja apresentado o produto final.

Aranha (2005) indica que quanto mais cedo o diagnóstico, mais cedo se inicia o tratamento, com isso, a pessoa, ganha em qualidade de vida, as dificuldades de visão são minimizadas. Caso os entrevistados tivessem buscado o tratamento oftalmológico precocemente, tal situação seria outra. Porém, a dificuldade de visão foi detectada com veemência no ambiente escolar quando foram exigidas a escrever e a ler, funções que integram o processo de alfabetização na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Na sala de aula o problema causado pela baixa visão dos alunos da EJA, de fato tornou-se um obstáculo, por interferir diretamente na prática da leitura e da escrita, principalmente no momento em que são exigidos no processo de alfabetização. Mediante esse quadro, os alunos aproveitaram e disseram que a visão de ambos é uma influência negativa, pois, encontram dificuldades em até mesmo reconhecer uma letra que está no quadro. Assim, pedem para o professor fazer letras ‘grandes’, leitura compassada e também que o professor ‘tenha paciência’ em ensiná-los.

Na sala de aula da EJA, a proposta para alfabetizar o aluno campesino com dificuldades visuais precisa ser levada mais a sério, considerando, por exemplo, o conhecimento empírico que o aluno trás consigo. A EJA precisa formar cidadãos capazes de criar em cooperação com os demais uma ordem social, na qual todos possam viver com dignidade, nesse sentido Soares (2006, p. 15) acredita que:

[...] capaz de tornar os homens mais livres, mais felizes e mais autônomos, mas só conseguirá fazê-lo na medida em que tiver se modificando substancialmente, para ele é a escola quem deve adaptar-se às necessidades do indivíduo e não o indivíduo que adaptar-se na escola.

A proposta do autor é simples, e pode ser resumida na palavra adaptação, ou seja, se a escola apresenta alunos jovens e adultos com problemas de baixa visão na 1º Segmento (alfabetização), precisa se adaptar a essa necessidade imediatamente, ou seja, os métodos, metodologias e materiais didáticos precisam estar voltados para essa realidade.

Em um determinado momento da entrevista ambos os alunos comentaram que suas dificuldades em sala de aula passam a se complicar ainda mais quando precisam ‘tirar’ o que está no quadro, ou seja, dificuldade para enxergar o que está longe. Provavelmente esse problema seja miopia, que de acordo com Aranha (2005, p. 22) é conceituada da seguinte forma no contexto escolar: “[...] os alunos com miopia, apresentam muita dificuldade em copiar do quadro [...] apresentam, como sintomas, piscar constantemente, fechar as pálpebras (esforço incomodativo), coçar os olhos, etc”.

Perguntamos se os alunos fazem uso de algum tipo de Equipamento de Proteção Individual Visual (óculos), quando estão envolvidos com o trabalho em seus mandiocais, e também nos fornos onde é produzida a farinha. Nenhum dos entrevistados usa qualquer tipo de Equipamento de Proteção Individual Visual, a exposição direta ao sol e a fumaça é de fato constante. Comentaram também ‘a fumaça incomoda demais a vista’.

O esforço físico, calor, a distância são fatores que contribuem para que o aluno da EJA muitas das vezes manifeste a falta de motivação, situação esta, que ainda se torna mais complexa quando o aluno é exigido a escrever e a ler sem que sua visão possa contribuir positivamente para a apreensão e compreensão do conhecimento formal. Sendo assim, a baixa visão também pode ser considerada como fator de baixa estima para o aluno da EJA.

Registra-se que nenhum dos alunos participantes desta pesquisa, com baixa visão e, que hoje apresentam dificuldades em sala de aula procurou por tratamento oftalmológico. Ambos disseram que neste ano de 2025 a expectativa é de ir à cidade de Tefé para então mediante análise e exames oftalmológicos possam fazer uso ou não de óculos.

Constata-se que o processo de alfabetização para atender verdadeiramente às necessidades básicas do aluno da EJA com deficiência visual adquirida, precisa estabelecer conteúdos que venham prepará-lo para um desempenho satisfatório nas tarefas de ler e escrever.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos propostos no escopo inicial deste artigo foram alcançados. Compreendeu-se que a evasão de alunos na EJA em comunidades campesinas é um tema recorrente, no início do ano as salas apresentam um número significativo de estudantes, mas que aos poucos se esvazia, um dos motivos é que o aluno campesino da Comunidade do Marajó trabalha basicamente em duas profissões que exigem esforço físico às intempéries do tempo: agricultura e pesca, sendo esta primeira mais severa devido a exposição a luz do sol e a fumaça, acaba interferindo, levando-o a adquirir problemas de baixa visão.

A limitação em relação à aprendizagem do aluno campesino da Educação de Jovens e Adultos da Comunidade do Marajó também merece atenção, quase sempre, os professores apresentam roteiros de estudos que nada contribuem para que sejam aplicados no dia a dia campesino, isso acaba tirando a motivação, e conduzindo, agora com baixa visão e sem prazer em aprender a uma situação única, a evasão. É preciso que a educação campesina se renove, coloque em prática metodologias de aprendizagem diferenciadas, estimulantes e prazerosas.

A deficiência visual dos alunos da Educação de Jovens e Adultos 1º Segmento^{1a} Fase da Escola Municipal Augustinho de Castro, é apenas um dos obstáculos, cabe ao professor resgatar a autoestima do aluno, envolver-se não só com a aprendizagem, também com os aspectos sociais, isto é, visitando-os, estimulando-os continuamente. Essa postura valoriza o aluno no seu dia a dia. É preciso também que o professor da EJA que em sua sala de aula possui alunos com problemas visuais adquiridos, empregar e adaptar os materiais didáticos e as metodologias, isso reflete diretamente no rendimento.

Mediante os resultados desta investigação, podemos sugerir: desenvolver metodologias e estratégias de ensino que possam minimizar as dificuldades de visão do aluno da EJA; utilizar os recursos didáticos e pedagógicos existentes na sala de recursos multifuncionais da Escola Municipal Augustinho de Castro, tais como lupa, lentes, cadernos com pautas largas, etc. Incentivar para que o aluno da EJA busque o mais rápido possível atendimento clínico oftalmológico na cidade de Tefé, e principalmente, que o professor da EJA visite o seu aluno da EJA regularmente, incentivando em relação aos estudos, ao mesmo tempo em que mitiga a evasão.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão*. Coordenação geral SEEP/ MEC; org. Maria Salete Fábio Aranha. SEEP/MEC, 2005.

BRASIL. *Conselho de Educação. Parecer CEB nº. 15/2002. Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos*: Brasília: MEC, maio de 2002.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. promulgada em 05 de outubro de 1988.

_____. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília/DF, 2006. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2006.

_____. Ministério da Educação MEC. *Censo Escolar - INEP ano de 2010* disponível em <http://www.inep.gov.br/basic/censo/default.asp>. Acesso 21 de ago. 2018 às 21hs.

_____. Ministério da Educação MEC. Secretaria de Educação Especial. *Decreto nº 7.611/2011*.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. *Nota Técnica nº 04/2014 de 22 de janeiro de 2014 Sobre a Política Nacional em Educação Inclusiva*.

HADDAD, Sérgio. *Tendências atuais na educação de jovens e adultos*. Em aberto, Brasília, out/ dez. 1992, vol. 11, nº. 4.

_____, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. *Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: Contribuições para uma avaliação da década da Educação para todos*. São Paulo: Ação Educativa, 1999.

LEAL, Telma Ferraz; ALBUQUERQUE, Liana Borges; MORAIS, Artur Gomes. *Alfabetizar letrando na EJA: Fundamentos teóricos e propostas didáticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. *A pesquisa em educação*. Universidade de São Paulo – USP, s/d.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *O desafio das diferenças nas escolas/ Maria Teresa Eglér Mantoan (organizadora) 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.*

OLIVEIRA, de Moraes Eguiberto. *A importância histórica, econômica e social da farinha de mandioca entre as décadas de 1970 a 2010 no município de Tefé-AM*. Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em História. Universidade do Estado do Amazonas/ UEA. Centro de Estudos Superiores de Tefé/ CEST, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2^a ed. Universidade Feevale, Novo Hamburgo – Rio Grande do Sul, 2013.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida; ROCHA, Maria Isabel Antunes; (orgs). *Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Ed. Gutenberg, 2012.

SCHWARTZ, Suzana. *Alfabetização de jovens e adultos: teoria e prática*. 2^o Ed. Editora Vozes: São Paulo, 2012.

SOARES, M. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2006.

SPINK, Peter Kevin. *Ética na pesquisa científica: especial ética em tempos de crise* Ética na pesquisa científica vol.11 nº1 jan/jun 2012.

XAVIER, J.J.B.N. *Caracterização Agro-botânica de três cultivares de mandioca nos ecossistemas de várzea e terra-firme no Amazonas*. Manaus: INPA, 1997.